



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. DR. FREDERICO)

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) informações sobre as ações preventivas adotadas pela pasta em relação às invasões de propriedades rurais privadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), incluindo aquelas praticadas durante o período denominado *Abril Vermelho*.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a. com base no art. 50 da Constituição Federal (CF), e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), no sentido de prestar esclarecimentos a esta Casa sobre as ações preventivas adotadas pela pasta em relação às invasões de propriedades rurais privadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), incluindo aquelas praticadas durante o período denominado *Abril Vermelho*¹.

Com o objetivo de auxiliar o d. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na elaboração de suas respostas, seguem algumas perguntas,

1

Sousa, Gabriel de. *O que é o 'Abril Vermelho' e por que o MST faz invasões de terra no período*.

Estadão: São Paulo, 17 abr. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/o-que-e-abril-vermelho-mst-movimento-trabalhadores-rurais-sem-terra-invasoes-entenda-nprp/?srsltid=AfmBOor_TUo59HXh9bxSL7JLVOk0pFY06yl2s1dhSW7CD78Mf9petl. Acessado em 15 de março de 2025.





abaixo relacionadas, que não excluem outras informações que a Pasta entenda relevantes para o esclarecimento da situação:

1. A partir de janeiro de 2023, quais os programas, as políticas e as ações o MDA têm sido planejadas e implementadas pela Pasta a fim de promover o acesso à terra (de modo legal), fomentar a regularização fundiária e fortalecer a agricultura familiar? Favor detalhar.

2. Em relação ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027², e considerando os 03 (três) eixos/programas principais (1 - Programa Agricultura Familiar e Agroecologia; 2 - Programa Abastecimento e Soberania Alimentar; e 3 - Programa Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais), as metas definidas para 2024 foram alcançadas? Favor detalhar com números e indicadores, bem como demonstrar comparativamente as metas estabelecidas e as efetivamente alcançadas.

3. Ainda tendo como base o PPA 2024-2027 e considerando especificamente o eixo/programa principal: 3 - Programa Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais, favor fornecer dados e informações levando em conta todos os Objetivos Específicos / Entregas x Indicador x Meta 2024 e Metas efetivamente cumpridas, além especificar os motivos de eventual não alcance de metas, nos moldes padrão da planilha disponibilizada pelo próprio Ministério em seu site³⁴.

² BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/resumo-ppa-2024-2027.pdf>. Acessado em 20 de março de 2025.

³ Idem.

⁴ A título de exemplo para fins de informação:

Objetivos Específicos / Entregas		Descrição	Indicador	Meta 2024
3.01	Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural	Promoção da Reforma Agrária, através da inscrição, inclusão no sistema, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias, de forma sustentável, contribuindo para a equidade de gênero, a sucessão rural e a garantia de direitos no campo	Número de novas famílias assentadas	20.000
	E. 301 1 Imóveis rurais vistoriados e avaliados	Vistoria e avaliação de imóveis rurais para garantir o cumprimento da função social da terra, prevista na Constituição Federal, bem como do papel de fiscalização do órgão agrário (Incra), responsável pelo ordenamento fundiário nacional e pela realização da reforma agrária.	Número de hectares vistoriados e avaliados	750.000





4. Em abril de 2024, o Ministério anunciou o lançamento do Programa Terra da Gente⁵, que segundo informações veiculadas na página eletrônica oficial do MDA “estabelece nova estratégia para ampliar o acesso à terra. Até 2026, 295 mil famílias agricultoras devem ser beneficiadas”. Quais os pontos de interseção e as diferenças conceituais, estratégicas, orçamentárias e de indicadores do referido Programa Terra da Gente com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)? Em relação aos dados e informações quali-quantitativos e aos indicadores, quais as condutas adotadas pelo Ministério para evitar sobreposição de dados? Favor detalhar.

5. Especificamente em relação aos assentamentos, o Governo Federal e a Pasta têm direcionado ações na implantação de novos assentamentos ou também para desenvolver e consolidar diretamente aqueles já existentes? Favor descrever ações de desenvolvimento e consolidação de assentamentos a partir de 2023.

6. Em relação às famílias assentadas, há estudo e monitoramento da renda mensal (complementar ao Censo Agropecuário) das famílias? A renda mensal das famílias assentadas é utilizada como indicador para mensurar a eficiência dos assentamentos? Favor detalhar.

7. Lado outro, particularmente em relação às invasões de propriedades rurais, o Ministério tem dialogado com lideranças do MST e dos produtores rurais para evitar conflitos e/ou o recrudescimento destes? Se sim, quais as tratativas e quais os resultados obtidos?

8. Ainda sobre as temáticas das invasões, quais ações preventivas o Ministério tem adotado para evitar e desestimular confrontos e episódios de violência durante usuais períodos históricos de invasões, a exemplo do *Abril Vermelho*?

9. Em complementação ao questionamento anterior, a partir de janeiro de 2023, há algum plano de contingência ou coordenação com

⁵ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/04/governo-federal-lanca-programa-terra-da-gente>. Acessado em 20 de março de 2025.





órgãos de segurança pública para garantir a ordem e evitar danos às pessoas e às propriedades? Favor detalhar.

10. Quais medidas são tomadas para garantir que os produtores rurais não sejam prejudicados e tenham seus direitos respeitados? Existe alguma ação específica do Ministério para evitar que propriedades produtivas sejam alvo de invasões?

11. O Ministério reconhece o risco de que as invasões possam gerar insegurança jurídica e afetar investimentos no setor agropecuário? Quais providências estão sendo tomadas nesse sentido?

12. Há preocupação com a possibilidade de desabastecimento ou aumento nos preços dos alimentos devido a conflitos no campo? O Ministério tem um plano para minimizar impactos econômicos? Como o Ministério tem atuado para equilibrar a pauta da reforma agrária com a necessidade de segurança e estabilidade para o agronegócio, setor essencial para a economia do país?

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento de informação dirige-se ao d. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) com o intuito de esclarecer as ações efetivas da Pasta e a conformidade com as metas estabelecidas no PPA 2024-2027.

Outrossim, considerando a necessária e constante avaliação de eficiência (e até eventuais revisões) dos planos, programas, ações públicas, o presente requerimento pretende obter dados e informações iniciais quanto às metas efetivamente cumpridas pelo Ministério e o desempenho qualitativo de sua atuação.





Além do que, a gestão eficiente da Pasta possui impacto direto em diversos eixos ligados ao campo, como a pacificação social, a segurança alimentar, o crédito rural, os assentamentos regularizados, a produção de alimentos, o desestímulo às invasões ilegais de terras etc.

Especificamente em relação às invasões de terras, igualmente imperioso o diálogo institucional com o Parlamento para demonstrar quais medidas estão sendo adotadas pelo governo federal diante das ações promovidas no chamado Abril Vermelho, movimento historicamente marcado por invasões simultâneas de propriedades rurais organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A cada ano, tais ocupações geram graves preocupações quanto à segurança pública, ao respeito ao direito à propriedade privada e aos impactos na economia nacional. Em diversos episódios, registram-se conflitos violentos, ameaças a produtores rurais e trabalhadores, depredações e prejuízos às atividades produtivas. Diante desse cenário, é imprescindível que o Ministério esclareça quais ações preventivas estão sendo adotadas para evitar confrontos e garantir a ordem pública, bem como salvaguardar a segurança de todos os cidadãos.

Além disso, a proteção ao direito de propriedade, princípio fundamental assegurado pela Constituição Federal, precisa ser garantida pelo Estado. As ocupações de propriedades produtivas geram insegurança jurídica, afastam investimentos e ameaçam a continuidade das atividades agropecuárias. Assim, busca-se compreender como o Ministério tem atuado para evitar que tais invasões prejudiquem aqueles que produzem e geram empregos no campo.

Outro ponto de grande preocupação diz respeito à segurança alimentar e à estabilidade dos preços dos alimentos (diante do atual cenário de inflação e alta de preços de alimentos). Qualquer perturbação na produção agrícola pode resultar em redução da oferta de produtos essenciais, levando ao aumento de preços e prejudicando diretamente a população, especialmente os





mais vulneráveis. O agronegócio é um setor essencial da economia nacional, responsável pela geração de empregos, exportações e pelo abastecimento interno, e eventuais instabilidades podem ter consequências severas.

Não obstante, solicitam-se informações sobre os critérios adotados para as desapropriações e a criação de assentamentos, a fim de garantir que tais políticas públicas sejam conduzidas com transparência, respeito à legalidade e sem estimular atos ilegais como invasões.

Dessa forma, torna-se imperativo que o Ministério esclareça quais ações concretas estão sendo tomadas para evitar a escalada da violência, assegurar o direito de propriedade e garantir a normalidade na produção agrícola, protegendo a população de impactos econômicos negativos.

Certo da sensibilidade de Vossa Excelência para com este tema de relevância inquestionável, permaneço à disposição para colaborar e auxiliar em qualquer iniciativa que contribua para um acompanhamento efetivo da atuação governamental diante dos desafios impostos à Pasta.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado DR. FREDERICO
PRD/MG

